das 8 horas e 30 minutos às 16 horas e 30 minutos, ou na Loja do Cidadão (Avenida Central, 16, 18 e 20, 3000 Coimbra), das 8 horas e 30 minutos às 19 horas e 30 minutos, ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção.

Do requerimento de candidatura devem constar os seguintes elementos: identificação completa (nome, estado civil, nacionalidade, data de nascimento, número e data de emissão do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte fiscal, morada completa e número de telefone para contacto), identificação do cargo a que se candidata e do local em que o aviso de abertura foi publicado, bem como declaração, sob compromisso de honra, da situação em que se encontra relativamente aos requisitos constantes nas alíneas a) a f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, que, caso não seja feita, implicará a exclusão do concurso.

5 — O requerimento de candidatura deverá ainda ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão: currículo profissional detalhado; fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias e da formação e experiência profissionais; declaração autenticada do serviço a que se encontra vinculado o candidato, com indicação da existência e natureza do vínculo, da categoria e da antiguidade na mesma, bem como da antiguidade na carreira e na função pública (só para candidatos que não pertençam ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Coimbra), bem como fotocópia da classificação de serviço/avaliação de desempenho atribuída nos anos com relevância para o concurso.

6 — O local de trabalho é na área do município de Coimbra.

7 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos dos concursos, bem como as listas de classificação final dos mesmos, serão afixadas no átrio dos Paços do Município e ou publicadas no *Diário da República*, nos termos dos artigos 33.º a 35.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8 — O júri dos presentes concursos tem a seguinte constituição:

Concurso I:

Presidente — Dr.ª Maria João Sousa Delgado Lourenço Monteiro, chefe de divisão de Gestão e Formação de Recursos Humanos.
Vogais efectivos:

Subcomissário Manuel Fernando dos Santos Lobão, comandante do Serviço de Polícia Municipal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Carlos Nunes da Silva, chefe de divisão de Atendimento e Expediente.

Vogais suplentes:

Dr.ª Elsa Catarina dos Santos Marques, técnica superior de direito de 1.ª classe.

Dr.ª Dina Maria da Costa de Pinho Rocha, técnica superior de polícia municipal.

Concurso II:

Presidente — Dr.ª Maria João Sousa Delgado Lourenço Monteiro, chefe de divisão de Gestão e Formação de Recursos Humanos.
Vogais efectivos:

Subcomissário Manuel Fernando dos Santos Lobão, comandante do Serviço de Polícia Municipal, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Carlos Nunes da Silva, chefe de divisão de Atendimento e Expediente.

Vogais suplentes:

Dr.ª Elsa Catarina dos Santos Marques, técnica superior de direito de 1.ª classe.

Dr.ª Rita Alexandra Caetano dos Santos, técnica superior de polícia municipal.

Concurso III:

Presidente — Dr.ª Maria João Sousa Delgado Lourenço Monteiro, chefe de divisão de Gestão e Formação de Recursos Humanos.
Vogais efectivos:

Dr. António Júlio da Silva Veiga Simão, director do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida, que substitui o júri nas suas faltas e impedimentos.

Engenheira Ana Sofia Patrício Fernandes Morais, engenheira de 1.ª classe.

Vogais suplentes:

Dr.ª Maria de Fátima Monteiro Rodrigues, técnica superior de 2.ª classe.

Engenheiro Jorge Luís Dias Falcão, chefe de divisão de Viaturas e Máquinas.

4 de Junho de 2007. — Por subdelegação, o Director Municipal de Administração e Finanças, *Arménio Ferreira Bernardes*.

2611024551

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Aviso n.º 11 789/2007

Discussão pública

Fernando João Couto Cepa, presidente da Câmara Municipal de Esposende, torna público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e no n.º 3 do artigo 22.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, se encontra em discussão pública a alteração ao licenciamento de operação urbanística de loteamento aprovado pelo alvará de loteamento n.º 7/97, processo n.º 2590/96, alteração esta requerida por Serralharia Carvalho, L.ª, com sede na Rua da Estrada, Antas, concelho de Esposende, e que incide sobre o prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Esposende sob o n.º 02718 da freguesia de Marinhãs.

Mais torna público que a discussão pública se fará por um período de 15 dias contados após a data da publicação deste aviso no *Diário da República*, sendo certo que o processo se encontra patente para consulta na Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Esposende, sita no edifício dos Paços do Concelho, Praça do Município, em Esposende.

As reclamações, sugestões ou meras observações deverão ser entregues, por escrito, no local acima referido, durante o prazo de discussão pública.

21 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando João Couto Cepa*.

2611024354

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA

Aviso n.º 11 790/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 25 de Maio de 2007, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e ao abrigo do disposto nos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações constantes da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi renovada a comissão de serviço do chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo, António Adelino Morais Granja, por mais três anos, com efeitos a partir do dia 8 de Setembro de 2007.

29 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Abílio José Ferreira da Silveira*.

2611024494

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Aviso n.º 11 791/2007

Concurso externo de ingresso no quadro

1 — Faz-se público que, autorizado por meu despacho de 3 de Junho de 2007, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se encontra aberto concurso externo de ingresso no quadro de pessoal, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*, para provimento dos seguintes lugares:

1.1 — Grupo de pessoal administrativo:

1.1.1 — Assistente administrativo — uma vaga.

2 — Natureza do concurso — externo de ingresso.

3 — Validade do concurso — é válido para a vaga posta a concurso e ainda para as que vierem a verificar-se no prazo de um ano contado a partir da data da publicitação da lista de classificação final.

4 — Local de trabalho — o local de trabalho será a área do concelho de Évora, sendo as condições de trabalho as genericamente vigentes para os funcionários da administração local.

5 — Vencimento — o vencimento corresponde ao escalão a fixar de acordo com o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e com o anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.